



PME de Lisboa e Algarve vão ter fundos regionais para revitalização

São mais de 90 milhões que o Executivo reorienta do QREN para apoiar empresas a evitar falências.

As empresas de Lisboa e do Algarve também vão poder contar com fundos comunitários para apoiar a sua revitalização. O secretário de Estado adjunto da Economia, Almeida Henriques, avançou que o Governo “está a analisar a possibilidade de dedicar fundos do QREN para as PME de Lisboa e do Algarve, atendendo à situação específica em que estas regiões se encontram”.

Em causa está aumentar os 90 milhões de euros que o Executivo dedicou à criação de três fundos regionais de revitalização para PME (40 milhões do Feder para o Norte, outros 40 milhões para o Centro e dez milhões para o Alentejo), mas para tal é necessário finalizar primeiro a “operação de limpeza” que visa libertar verbas dos fundos comunitários que não estão a ser utilizadas.

Almeida Henriques garante que os cinco fundos estarão operacionais no final de Julho, altura em que se prevê que os primeiros processos de revitalização venham a precisar de financiamento.

Mas para já, o próximo passo do Programa de Revitalizar, o novo plano para recuperar negócios viáveis mas que se deparam com necessidades financeiras, é apresentá-lo aos parceiros sociais. Sendo que o Programa entrará em vigor a 20 de Maio.

“Alocar um volume tão grande de fundos comunitários demonstra que esperamos que muitas empresas recorram ao Revitalizar, evitando que muitas encerrem e aumentem a fileira dos desempregados”, sublinhou Almeida Henriques, acrescentando que, num ano ou dois, o “processo de revitalização será usado apenas esporadicamente”.

Até à entrada em vigor do Revitalizar será lançado um concurso público para seleccionar as entidades gestoras dos fundos regionais. Almeida Henriques revelou que já recebeu manifestações de interesse de diversas entidades que terão obrigatoriamente de ser independentes das



Almeida Henriques vai iniciar um 'road show' dia 21 de Maio com oito acções de explicação do Programa Revitalizar.

partes que procuram solução, mas também da banca.

As entidades gestoras vão obedecer a três critérios: capacidade de gestão, uma vez que os fundos vão funcionar numa lógica de capital de risco, além da injeção de capital também têm de entrar com a gestão; capacidade financeira, porque por cada euro que o Estado investe, a entidade gestora tem de avançar com outro; e ter provas dadas. Por outro lado, o objectivo é entregar a uma sociedade diferente cada fundo regional.

Almeida Henriques sublinhou ainda que o Estado vai recuperar o dinheiro investido. “O fundo perdido acabou”. No entanto, o responsável revelou que o Estado não vai ser ressarcido do dinheiro, ou seja, não haverá pagamento de juros por esta espécie de empréstimo. Em causa está uma lógica de capital de risco, em que o sucesso da empresa será determinante para o sucesso da operação. ■ M.S.

PALAVRA-CHAVE



Via extra-judicial

Nos próximos dias vai ser aprovado em Conselho de Ministros o novo Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial, que será gerido pelo IAPMEI. Actualmente, este mecanismo já existe, “mas vai agora ficar mais apurado”, revela Almeida Henriques.